

## **Comissão Rondon como inspiração: análise de estudos produzidos a partir da experiência na comissão**

MARIAH DOS SANTOS MARTINS\*

Livros, publicações, cartas e outros diversos tipos de textos têm sido ao longo de nossa história, materiais primordiais à produção historiográfica. A História das Ciências tem se debruçado também na ampla produção textual científica e filosófica como materiais primeiros a seus estudos. Contudo, nesse trabalho, buscamos além de utilizar a documentação textual como fonte primária, compreendê-la, também, como representação de uma prática. Dessa maneira entendemos ser o texto a representação (que é uma produção) de uma prática (no caso a escrita), assim como essa prática é também uma prática de representação. Visando compreender “o modo como” uma “realidade social” é constituída, o texto é compreendido aqui como a representação do mundo social, uma percepção do social, construída através de “esquemas intelectuais” que levam em conta “a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e apreciação do real” (CHARTIER, 1988:17). Dessa maneira busca-se compreender a realidade por meio das práticas sociais que constituem o mundo como representação.

Sendo assim, o texto é produto de condições sociais particulares. Para a análise de textos, livros, ou obras, dois são os pólos centrais: a produção e a recepção desses objetos. É necessário então entender a lógica da produção de determinado texto assim como a recepção, ou leitura, do mesmo (BOURDIEU, 1990:142).

Compreendo que as categorias utilizadas por teóricos como Roger Chartier, Pierre Bourdieu, e Norbert Elias, são atualmente a melhor maneira de pensar (enquanto um historiador que faz alianças com áreas como a sociologia e antropologia) a história das práticas letradas. Proponho-me assim, a analisar gêneros letrados distintos, produzidos por um mesmo autor, autor esse participante do campo das ciências no Brasil, na busca de compreender a construção dessas letras e o sentido buscado pelo autor para as mesmas, seguindo ainda ao entendimento desse conjunto de produções enquanto construção de uma ideologia de si, como forma de construção de identidade no campo social, que se estende a própria constituição de um eu social, obviamente sem relegar a experiência que as motivou, a Comissão Rondon.

---

\* Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/HCTE, Mestranda.

## **Um zoólogo, de um museu, para uma comissão**

A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMA), que ocorreu durante os anos de 1907 a 1915, chefiada por Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), além de possibilitar um sem número de produções historiográficas tanto sobre suas atividades como sobre seu chefe, também foi assunto de diversas produções, científicas ou não, autobiográficas ou jornalísticas, daqueles que ouviam e também dos que viviam (LIMA, 1990: 21-26).

Formada com o intuito de dar continuidade ao projeto de desenvolvimento do interior do Brasil com a expansão de linhas anteriormente construídas, a Comissão Rondon era subordinada ao Ministério da Guerra, assim como ao Ministério da Viação e Obras Públicas. A presença de oficiais do exército na Comissão é maciça, voltada às atribuições de engenharia e construção, onde o exército detinha pessoal específico para essas atividades. A inserção do Ministério da Agricultura também no comando da Comissão alavancou a participação do Museu Nacional nas atividades científicas da mesma, que não detinha o conhecimento científico como finalidade primeira, mas por esforços de seu chefe se constituiu em uma importante expedição para aquela instituição e para a ciência brasileira (SÀ, 2008:783).

É no meandro daqueles que viviam essa experiência que esse estudo vai ganhando escopo, pois é nesse instante que a figura de Alípio de Miranda Ribeiro (1874-1939), nosso autor, surge. Miranda Ribeiro era zoólogo, funcionário do Museu Nacional da cidade do Rio de Janeiro, sediado desde 1892 no Paço de São Cristóvão na Quinta da Boa Vista.

O Museu Nacional tem suas origens na criação do Museu Real, em 1818, por decreto do príncipe regente D. João IV, quando do estabelecimento da Coroa Portuguesa nas terras coloniais na América. O Museu Real, criado àquela época para o desenvolvimento da nova metrópole do Império Português Ultramarino por meio da propagação do conhecimento das ciências naturais, permanece até 1822 com esse nome, quando, o Brasil torna-se, oficialmente, Monarquia independente de Portugal, passando a denominação de Museu Imperial, e posteriormente Museu Nacional, após a proclamação da República brasileira (LOPES, 1997:27-51).

O Museu chega ao final do século XIX como uma das importantes instituições

científicas brasileiras ao lado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contudo, com penosos esforços dava continuidade à suas atividades na História Natural. A falta de investimentos públicos gerava problemas como o edifício sede, ainda o antigo prédio no Campo de Santana, a demanda por funcionários, as baixas remunerações, e algumas foram as solicitações para os investimentos governamentais nessa instituição, como o fizera o diretor João Batista de Lacerda. O estabelecimento do museu no Paço de São Cristóvão em 1892 foi um ensejo para o desenvolvimento na estrutura organizacional que a instituição necessitava, tendo o diretor apresentado uma série de solicitações dentre elas o retorno do cargo de naturalista-viajante, responsável pelo trabalho de campo, onde se recolhiam espécimes, e o pedido de novas coleções, o Museu Nacional carecia delas, a falta de recurso impossibilitava a aquisição de muitas coleções oferecidas ao museu, que acabavam sendo adquiridas por instituições estrangeiras, e as doações, ocorrendo muito esporadicamente, não conseguiam satisfazer nem de perto as demandas de uma instituição científica nacional (SÁ, SÁ, LIMA, 2008:789).

A participação do Museu Nacional na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas ocorre efetivamente em 1908, quando da ida de Alípio de Miranda Ribeiro, zoólogo do Museu e agora também da Comissão, ao estado de Mato Grosso, juntamente com Carlos Frederico Hoehne, botânico do Museu Nacional, e Cícero Campos, geólogo, para compor o quadro de naturalistas da Comissão.

Na época do convite para integrar uma “comissão científica”, da mais conhecida como, Comissão Rondon, em 1907, Miranda Ribeiro ocupava o cargo de secretário do distinto Museu e é posto à disposição do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, para o trabalho em campo, de 1908 a 1910.

A comissão que se estabeleceu em 1907, com o intuito de continuar os trabalhos conduzidos desde 1891 com a Comissão Construtora da Linha Telegráfica em Goiás e em Mato Grosso, buscava agora se estender até o estado do Amazonas. Uma comitiva que se encontrava em Mato Grosso em 1908 se dividiu em três seções para a melhor atividade do empreendimento. A primeira tinha como objetivo a construção de um ramal na cidade de Mato Grosso (antiga Bela Vista), que partiria da cidade de São Luis de Cárceres, chefiada pelo Major Félix Fleuri de Souza Amorim; a segunda encarregava-se da construção da linha-tronco de Cuiabá a Santo Antonio do Madeira,

tendo como chefes o Capitão Custódio de Sena Braga e Marciano de Oliveira Ávila; e a terceira seção foi incumbida do reconhecimento do sertão e os estudos para fixar o traçado da linha-tronco, da qual Rondon chefiou e Alípio de Miranda Ribeiro participou (MISSÃO RONDON, 2003:30-54).

Em algumas documentações obtivemos a informação de que Ribeiro foi o chefe dessa “Comissão de História Natural” criada por Rondon para que se dedicassem exclusivamente ao conhecimento e coleta do material científico existente nas áreas que a Comissão Rondon percorria, apresentando assim mais uma atividade que essa comissão se propôs.

Miranda Ribeiro foi o zoólogo da Comissão Rondon durante os anos de 1908 e 1909, retornando ao Rio de Janeiro no início de 1910. Contudo continuou trabalhando ativamente já que além de indicar nomes para os cargos concernes à comissão de história natural o Museu Nacional foi depositário dos espécimes coligidos na Comissão, produzindo diversas publicações científicas a cerca do material zoológico em especial. Entretanto, outras produções desse zoólogo nos chamaram a atenção, e elas têm em comum a Comissão Rondon como experiência inicial.

## **Um diário**

Alípio de Miranda Ribeiro produz um diário de campo, a partir de sua viagem como zoólogo da Comissão Rondon, intitulado “*Ao redor e através do Brasil*”. Apesar da publicação de alguns trechos do diário em periódicos, o mesmo não é publicado de forma integral. O que se tem é um encadernado datilografado compreendendo o início da viagem até os primeiros meses do ano de 1909, além de cadernetas e cadernos de campo manuscritos sobre o restante da viagem do zoólogo.

Compreendemos ser esse diário uma obra pelas claras intenções autorais que contém. O capítulo inicial é chamado “*Aos leitores*”, apresentando sua intenção em publicá-lo, justificativas para sua ida e o modo como constituiria o diário. Seguidamente, os capítulos se dividem pelas áreas que percorreram “*Corumbá*”, “*Excursão à Jacobina*”, “*Potreiro das Anhumas*”, “*Tapirapóan*” e etc. Buscamos analisar a cima de tudo três aspectos que entendemos estruturar a narrativa de um diário de viagem. São eles: o aspecto iniciático, que se refere ao caráter autobiográfico da

narrativa de um diário, as representações sobre aquele corpo que sente as experiências de uma viagem ao interior do Brasil, um interior pouco conhecido e nada explorado; o segundo é o aspecto do inventário, referente à justificativa primeira de sua presença na comissão, o inventário técnico-científico, quando fala dos espécimes que vê, como são, locais de coleta e seus comportamentos; e por último o comentário, aspecto esse bastante encontrado ao longo da obra. Sem muitas limitações o zoólogo faz digressões, trava comparações, desabafa o cansaço e a indignação, além de expressar os signos mais poéticos de sua narrativa.

Dessa maneira, observamos a estrutura de um diário, uma obra que permite um homem da ciência divagar sobre a sociedade e/ou sobre a natureza num mesmo espaço, esses três aspectos se misturam durante toda a narrativa, permitindo essa flexibilidade dentro do gênero do diário. Compreendemos primordialmente que o diário de campo é a representação do Brasil para o zoólogo que trava comparações entre a sociedade brasileira e sociedades sul-americanas, como a argentina, para construir sua representação de Brasil, assim como compara os brasileiros e suas produções à natureza brasileira, que, a seu ver, é o belo do país, digno de poesia, não considerando o mesmo do homem brasileiro.

Miranda Ribeiro utiliza-se ainda dessa produção para construir sua identidade enquanto naturalista, concretizando a importância de uma viagem como essa, sendo o diário a materialização dessa experiência e a sua representação de Brasil.

### **Uma crônica**

Um interessante texto foi encontrado nos arquivos de Paulo de Miranda Ribeiro, filho de Alípio e também zoólogo do Museu Nacional. Dedicou-se em guardar muitos materiais relativos a seu pai. Dentre uma grande maioria de recortes de jornais foram encontrados rascunhos de estudos e trabalhos.

Intitulado como “*O ‘tar’ tecnocrático*”, o trabalho de Alípio de Miranda Ribeiro encontrado no arquivo de seu filho, não tem ligação direta com a zoologia, e assim como o diário, a cima analisado, não foi publicado, ao menos não foi encontrada referência de publicação. Também não é datado, mas como cita os anos da sua participação na Comissão (1908 e 1909) e o ano de 1911 quando estava no exterior,

conclui-se que a produção é posterior a esses anos. Quatro páginas manuscritas, que me refiro como uma crônica pelo modo como se desenvolvem, buscaram fazer uma crítica ao país que investia na técnica, e por meio de uma ação cotidiana de enviar marcos (moeda alemã da época) pelo correio, Miranda Ribeiro desenvolve novamente seus pensamentos sobre o social e o mundo.

Iniciando seu texto Miranda Ribeiro discorre sobre a distância de parentes e amigos, e sobre a importância de mesmo longe manter contato. Buscando divagar a respeito das distancias e do modo como elas podem ser diminuídas, Alípio traz a tona a Comissão Rondon e um acontecimento quando de sua participação. Referindo-se assim a um telegrama que recebera de sua mãe que, pela falta de notícias do filho que se embrenhava no interior brasileiro, sofria, contudo não podia retornar o contato, pois o telégrafo ainda se encontrava distante.

Miranda Ribeiro desenvolve seu pensamento acerca do desenvolvimento que sofrera as comunicações travando elogios ao correio que “armado pois, de telegrafo, telefone e rádio, domina o mundo de pólo a pólo”. O zoólogo apresenta ainda sua experiência quando estava na Europa e utilizava os serviços do correio, *colis*, para o envio de presentes aos amigos, além do “magnífico” serviço que tinha o correio, “em conexão com o correio do universo”, possibilitando o transporte de dinheiro, o que foi utilizado largamente por Alípio que comprava e permutava livros.

Miranda Ribeiro, ainda que se utilizasse de muitas adjetivações e elogios, compôs seu texto com muita ironia costumeira das crônicas. Ao revelar um momento de “pandemia tecnocrática” pela possibilidade de envio de remessas até a cidade de Nova Iorque, e a denominação de “descobridores da pólvora” àqueles que se surpreendiam com estes serviços.

Descrevendo a necessidade das trocas e compras de livros nos sebos para estudantes, e tecendo muitos elogios a organização do *colis* no exterior, Alípio finalmente conta a história da qual foi protagonista quando tentou enviar os sete marcos que devia a um livreiro amigo, da cidade de Berlim, na Alemanha. Sua história se desenvolve como uma aventura, não muito feliz, mas que contou com diversos telefonemas para o correio em busca de informações, a tentativa frustrada de conseguir o envio logo na primeira ida ao departamento, o câmbio de moedas mal sucedido, já que apenas era possível o envio de papel-moeda.

Além de apresentar seu bom humor e ironia, o zoólogo descreve problemáticas brasileiras como o pagamento da conta de telefone do departamento do correio pelos próprios funcionários. Alípio não busca dirigir suas críticas aos funcionários, que geralmente diz serem atenciosos, quer discursar acerca de um posicionamento político e social. Para Miranda Ribeiro a tecnocracia, investimento e crença nos “mais técnicos serviços”, era seu ponto de crítica já que não observara êxito na organização dos serviços do correio.

Finalizando seu texto, Alípio, não conseguindo seu intento, lembra-se do “antigo serviço de vales postais” o qual fazia uso a muito. E de forma a resumir seu desejo com a produção do texto Miranda Ribeiro cita Monteiro Lobato: “O pessoal destruiu uma turbina elétrica e montou o ‘tar’ processo técnico de moer o trigo!”, utilizando de palavras do famoso literato brasileiro para intitular sua crônica.

### **Uma publicação**

Assim como foi possível compreender a importância da viagem, física e mental possibilitada pela comissão na análise do diário de viagem e da crônica de Miranda Ribeiro, outro material nos chamou atenção no arquivo do zoólogo: a publicação nº49 da CLTEMA, que se refere à conferência ocorrida no ano de 1916 no Museu Nacional, com o intuito de homenagear o então Coronel Rondon, que acabara de finalizar as atividades de sua comissão. Proposta essa feita por Edgard Roquette-Pinto, antropólogo do Museu Nacional e também da Comissão, a Alípio de Miranda Ribeiro.

O título da publicação é “*A Comissão Rondon e o Museu Nacional*”, que se estrutura a partir de três conferências. A primeira, “*Trabalhos da Comissão Rondon no Campo das Ciências Naturais*”, onde são apresentados os nomes dos participantes, no campo das ciências naturais, da Comissão Rondon, durante os anos que as atividades científicas aconteceram (1907-1915). Além da análise e estatística acerca do que se publicou até o momento com o material coligido na Comissão em cada uma das áreas; botânica, geologia e mineralogia, zoologia e antropologia.

A segunda conferência “*O Museu Nacional segundo dados oficiais e oficiosos*” apresenta-se como um dos tópicos principais dessa publicação. Apesar de ter inicialmente a justificativa de uma homenagem, o trabalho é utilizado como meio para

um olhar mais atento ao Museu Nacional, o que tem sido feito nele e dele. Interessante é perceber as estratégias utilizadas pelo autor para se falar de assunto tão delicado como a crítica à administração da instituição.

Dessa forma, Miranda Ribeiro inicia essa conferência travando a analogia entre as relações de pais e filhos, e a sua com o Museu. Fala do amor entre pais e filhos e do momento conturbado quando o filho cresce e deseja tomar decisões precipitadas, levado pelo impulso juvenil descarta os conselhos paternos e maternos. Assim, faz sua crítica ao Museu, pelo qual tem muito carinho, apesar de sua sinceridade rígida que se faz necessária nesse momento. Se comparando a um pai que tenta aconselhar o filho precipitado. Segue fazendo um apanhado estatístico dos materiais existentes até o momento em cada uma das seções do Museu Nacional agraciadas pela Comissão. Analisa ainda o histórico da instituição, desde sua constituição, privilegiando as informações acerca dos materiais e coleções adquiridas.

A terceira e última conferência intitulada “*O que os governos fazem do museu; - o que ele deve ser, - a lição de Rondon*” na qual, também de maneira inusitada, Miranda Ribeiro inicia seu discurso trazendo um poema de Virgílio, *Geórgicas*, livro II, onde o tema sobre os cuidados para que uma plantação floresça bem é desenvolvido pelo poeta romano. O zoólogo segue sua análise sobre o que tem ocorrido com o Museu em termos políticos e administrativos, apresentando soluções mais sábias, a seu ver, para a melhoria da instituição, fazendo críticas às novas funções que não são efetivamente cumpridas pela falta de pessoal e organização, como é o caso da inserção do ensino no Museu, bastante criticada por Alípio. Apresenta ainda estatísticas comparativas entre as publicações feitas durante o período anterior à Comissão Rondon e o período posterior a ela, efetivando assim seu discurso em prol do papel de Rondon e de sua comissão para o Museu.

Dessa maneira, Alípio de Miranda se utiliza mais uma vez da experiência na Comissão Rondon para atingir seu objetivo, nesse caso, voltar o olhar para o que estava sendo feito **no** e **do** Museu Nacional, fazendo de Rondon um meio às críticas à administração e ao governo. Percebemos que o autor faz uso de subterfúgios lingüísticos interessantes como o poema, a analogia com a relação entre pais e filhos, cita fábulas, produzindo representações, refere-se às “páginas da natureza brasileira”, construindo mais uma vez a natureza como obra, e a Rondon como “uma bandeira”, por



ser mais que um homem, ele é um movimento, nas palavras de Alípio, que mostrou como se faz ciência brasileira eficiente no Brasil. Apesar das críticas do governo sobre os funcionários do Museu Nacional, para Alípio as estatísticas mostravam que se fossem dadas as condições necessárias para o trabalho, como a Comissão Rondon promoveu, o trabalho seria muito bem feito e não necessitaria de auxílio do estrangeiro, fato que ocasionava perdas ao Museu Nacional.

## **Conclusão**

As análises que aqui se apresentam buscam esmiuçar o trabalho de um zoólogo brasileiro do início do século XX, no intuito de compreender a multiplicidade de seu pensamento assim como sua finalidade com essas produções em seu conjunto bibliográfico.

Pudemos observar o trabalho grandioso feito por Alípio de Miranda Ribeiro ao colher suas anotações durante os dois anos de viagem com a Comissão Rondon. Primeiramente seu intuito era de publicar a obra, uma obra que trazia consigo a construção de uma identidade, um naturalista, dessa vez um brasileiro, que se embrenhava nas matas de seu próprio país para retirar dele conhecimento e levar para a mais antiga instituição científica brasileira, que muito carecia de seus préstimos. O diário significava para o zoólogo a prática e a vivência necessárias para um naturalista.

A crônica não publicada por Alípio estampa a face do zoólogo, que com humor e ironia, não se permitia apenas ver os acontecimentos sem discuti-los. Miranda Ribeiro desejava mais do que escrever seus trabalhos zoológicos, queria discutir política, sociedade, pois era, além de um naturalista, um homem letrado. Fazia parte não apenas do campo da ciência, mas também do campo intelectual, onde, na época muito mais comumente, tinha licença para se preocupar e falar de seu país e suas problemáticas.

Da mesma forma como Alípio se preocupa em produzir algo sobre e para o Museu Nacional, o local de seu trabalho, o qual dedica grande parte de seu tempo. A zoologia sempre foi sua finalidade primeira, mas Miranda Ribeiro buscou olhar mais atentamente para os diversos meandros de sua atividade, como vez na Publicação Nº49. Da Comissão Rondon Alípio retirou experiência para visualizar melhores caminhos ao Museu.

As representações letradas são importantes materiais no intuito de buscar o conhecimento profundo do campo científico que se formava no Brasil e continua a se formar. Por meio da análise dessas obras distintas é possível perceber a individualidade do homem que produz obras a partir de sua experiência individual, mas também o homem social que busca se consolidar no campo científico.

As publicações são representações que constroem representações tornando possível uma certa compreensão histórica do passado por meio desses “pedaços de passado”, às vezes tão incompreensíveis, e outras vezes aparentando obviedade. Alípio de Miranda Ribeiro buscou nas letras uma forma de representar seus estudos para a sociedade, compreendendo que seu trabalho era prático, intelectual, e social.

Dessa forma, dedicou-se a escrita de um diário de campo que apresentava suas percepções sociais e políticas, a crônicas cotidianas, assim como a publicação de conferências em homenagem a Rondon e seu empreendimento, buscando muito mais uma avaliação política da instituição científica brasileira que era sua segunda casa. Ser naturalista talvez significasse ir além de seus limites profissionais, pessoais, e sociais. Alípio de Miranda Ribeiro buscou ser um naturalista brasileiro do século XX contemplando as tradições da História Natural, o presente social, e vislumbrando o futuro científico de seu país

## Referências

- BIGIO, Elias dos Santos. *Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília. 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- \_\_\_\_\_. Escribir las prácticas: discurso, práctica, representación. In: *Cuadernos de Trabajo*, n.2, Valencia: Fundación Cañada Blanch, 1998. pp.157-162.
- \_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA, jan/abr, vol.5, n.11, pp.173-191.
- DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *Ciência: um Caso de Política. As Relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil-Império*. 1995. 321 p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, ciências, saúde-Manguinhos*. 2000, vol.7, n.2, pp.391-413. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702000000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008) Acesso em: 14 dezembro. de 2010.
- NORBERT, Elias. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FIGUEIRÔA, Silvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec. 1997.
- KURY, Lorelay. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* Rio de Janeiro, vol. VIII, n. Suplemento, p. 863-880, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8s0/a04v08s0.pdf> Acesso em: 15 janeiro. de 2010.
- LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- LACERDA, João Batista de. “*Fastos do Museu Nacional*”. 1905.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Aos fetichistas, ordem e progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação*. 1985. 550 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. *O Santo Soldado: Pacificador, Bandeirante, Amansador de Índios, Civilizador dos Sertões, Apóstolo da Humanidade, Uma leitura de Rondon conta sua vida, de Esther de Viveiros*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 1990.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj; Ucam. 1999.
- LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. No rastro do desconhecido. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v.11, p.18-23. ago. 2006.
- MISSÃO RONDON: *apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2003.
- RIBEIRO, Alípio de Miranda. *A Comissão Rondon e o Museu Nacional*. Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. 1919
- SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, ciências, saúde-Manguinhos*. 2008, vol.15, n.3, pp. 779-810. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15n3/11.pdf> Acesso em: 10 dez. de 2010.